

**ATA 2051ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

1 Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos,
2 realizou-se a segunda milésima quinquagésima primeira reunião Plenária Ordinária do
3 Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e
4 nove. Estiveram presentes 15 (quinze) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e
5 suplentes, a seguir indicadas/os: Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Luciana Stoppa dos
6 Santos, Maria Rozineti Gonçalves, Monalisa Muniz do Nascimento, Reginaldo Branco da
7 Silva, Rodrigo Toledo, Suely Castaldi Ortiz de Oliveira, Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Ivana
8 do Carmo Souza, Ivani Francisco de Oliveira, Magna Barbosa Damasceno, Maria
9 Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Mary Ueta e Rodrigo Fernando Presotto,
10 conforme lista de presença anexa, onde constam os registros de horários de ingresso e
11 saída do quórum das/os conselheiras/os, conforme decisão da 1973ª Plenária Ordinária,
12 de 13 de maio de 2017. Também esteve presente o gestor da Subsede Vale do Paraíba e
13 Litoral Norte, Juliel Modesto de Araújo. **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1)**
14 **Justificativas de Ausência** – Foram registradas as justificativas de ausência das/os
15 conselheiras/os Aristeu Bertelli da Silva, Clarice Pimentel Paulon, Evelyn Sayeg, Maria das
16 Graças Mazarin de Araújo, Regiane Aparecida Piva, Vinicius Cesca de Lima, Beatriz
17 Borges Brambilla, Beatriz Marques de Mattos, Bruna Lavinias Jardim Falleiros e Larissa
18 Gomes Ornelas Pedott. **1.2) Licença de conselheira** – Suely Castaldi Ortiz da Silva
19 informa que a conselheira Evelyn Sayeg solicitou licença por tempo indeterminado e que a
20 mesma já foi concedida. **1.3) 30 Anos da carta de Bauru** – Rodrigo Fernando Presotto
21 informa que recebeu um contato da Comissão de Relatoria do Encontro dos 30 anos da
22 Carta de Bauru, que ocorreu em dezembro do ano anterior. Participaram dessa Comissão
23 desde seu início e, agora, estão finalizando a sistematização para divulgação do relatório
24 final. A ideia é fazerem o lançamento em um evento já programado do Conselho Nacional
25 de Saúde, mas haveria restrição dos participantes. Solicitaram que essa atividade fosse
26 aberta às entidades que ajudaram no evento dos 30 Anos da Carta de Bauru e estão
27 aguardando retorno. No dia 22 de outubro, próxima segunda-feira, haverá uma reunião
28 para terem essa definição. Outra possibilidade é fazerem um evento específico da
29 Comissão Organizadora, para lançamento do relatório. Outra questão que levantaram era
30 de o CRP SP auxiliar na impressão dessa publicação, mas ainda não está fechado a
31 quantidade de páginas e a cota de exemplares a serem impressos. Assim, quando tiverem,
32 se resolverem solicitar ao CRP SP a impressão, pode submeter ao plenário a questão.
33 Agradece a todos que integraram a Comissão de Organização e às pessoas da subsede

34 de Bauru pelo trabalho que desenvolveram. **1.4) Resolução CFP nº 11/2018** – Karen
35 Meira Dotto, coordenadora técnica de COF, informa que no dia 10 de novembro entrará em
36 vigor a nova Resolução do CFP que versa sobre o atendimento *online*. A equipe técnica
37 teve capacitação sobre essa Resolução na última semana. São Paulo é o estado onde
38 mais psicólogas têm essa prática e, assim, há grande expectativa da categoria. O
39 Conselho Federal deve lançar o Sistema no dia 10 de novembro, mas ainda não o finalizou
40 e, assim, o CRP SP ainda não teve acesso. Entendem que haverá um grande fluxo de
41 psicólogas solicitando o cadastro e há somente uma funcionária responsável por essa
42 demanda, com a ajuda de estagiários. Estão pensando em colocar um comunicado no site,
43 que ainda não foi construído porque a capacitação do CFP se deu no último dia 18,
44 apenas. Comenta-se que seria importante que a Resolução trouxesse um prazo, após sua
45 publicação, para que entrasse em vigor. Assim como espera-se que o novo CPD – Código
46 de Processamento Disciplinar traga esse prazo, quando for aprovado. Exatamente para
47 que haja tempo hábil para que os Regionais possam se adaptar. Ainda não sabem a
48 dimensão da demanda que a nova Resolução de atendimento online trará. Cogita-se a
49 elaboração de um vídeo do CRP SP sobre o tema. Tiveram notícias que o CFP está
50 preparando tutorial sobre o cadastro. Caso esse vídeo seja mais genérico, sem abordar os
51 preceitos éticos, podem preparar outro, no CRP SP, trazendo essas questões. **1.5)**
52 **COMSAT – Comissão de Saúde do Trabalhador** – Suely Castaldi Ortiz da Silva informa
53 que em uma parceria entre o Departamento de Recursos Humanos, a Comsat e o Cerest –
54 Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, na lógica de aproximação entre a gestão
55 e as demandas dos trabalhadores e visando também as questões de saúde do
56 trabalhador, no dia 18 de outubro ocorreu o primeiro encontro, em formato de roda de
57 conversa, com a equipe do Cerest Lapa, parte dos trabalhadores estiveram presentes. Há
58 uma nova data para que os demais trabalhadores possam participar. Na atividade,
59 avaliaram que erraram na forma de comunicação sobre o que seria a atividade. Houve
60 questionamento de trabalhadores sobre o sentido de estarem na atividade, mas no fim
61 todos acabaram animados, inclusive considerando que a equipe do Cerest é
62 multidisciplinar (médico, psiquiatra, psicólogo). Considera uma aproximação interessante e
63 o próprio Cerest está subsidiando quanto ao uso de alguns equipamentos, que entendiam
64 como opcional, mas que a área de saúde do trabalhador vê como obrigatórios. Tratou-se
65 de um diálogo inaugural com os trabalhadores. **1.6) Núcleo Psicologia e Deficiência** –
66 Ocorrerão em todas as subsedes, organizadas pelo Núcleo, oficinas sobre Deficiência,
67 visando enfrentar o capacitismo e as compreensões do modelo social da deficiência.
68 Ocorrerão entre novembro deste ano e março do ano que vem. As oficinas serão para
69 conselheiras, gestoras, colaboradoras e trabalhadoras. Algumas subsedes ainda não

70 agendaram a data da Oficina. É importante que as conselheiras mobilizem seus territórios,
71 os trabalhadores, os colaboradores, as pessoas que colaboram com COE e com COF. É
72 uma temática também muito importante. Comenta ainda que abrirão um processo licitatório
73 para contratação de interpretes de Libras – Língua Brasileira de Sinais para os eventos do
74 CPR SP. É algo que vem sendo cobrado pela comunidade surda. Também conta que os
75 trabalhadores da sede já estão recebendo a formação em Libras. Trata-se de uma ação do
76 Planejamento Estratégico do CRP SP que já está sendo realizada. As subsedes também
77 estão se organizando para fazer essa formação. **1.7) GT Nacional Revisão da Resolução**
78 **CFP nº 07/2003 e GT Nacional de Revisão do CPD (Código de Processamento**
79 **Disciplinar)** – Rodrigo Toledo informa que foi realizada uma reunião telefônica do GT
80 Nacional Revisão da Resolução CFP nº 07/2003 ontem, no mesmo horário de uma
81 Plenária de Julgamento. Por isso, não participou. A conselheira Regiane Aparecida Piva
82 participou pelo CRP SP. A reunião era para última revisão do texto, agora deve passar
83 para aprovação da plenária do Conselho Federal de Psicologia e, após, deve ser
84 encaminhado para aprovação na APAF de dezembro. O CFP tem a proposta de convocar
85 os Regionais para discutir a Resolução já em novembro, para que os Regionais tenham
86 conhecimento do texto antes da APAF. A ideia é que vá ele próprio e Regiane Aparecida
87 Piva, que compõem o GT Nacional. Relata que houve um encontro presencial sobre a
88 revisão do CPD e uma última reunião, telefônica, há algumas semanas. A revisão do CPD
89 é mais complexa e conta com uma assessoria jurídica. Estão com a mesma proposta, de
90 reunião presencial com todos os CRs para mostrar o texto antes da APAF. Haverá uma
91 reunião do GT no dia 02 de novembro, mas acredita que tratará somente de discutir as
92 PICS - Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Caso seja discutido CPD, ele
93 participará, se for PICS, deve participar a conselheira Regiane Piva. Considera que a
94 Revisão da Resolução CFP nº 07/2003 trará muitos avanços, como por exemplo a
95 separação de laudo e relatório e a construção de laudos multiprofissionais. Mas, algumas
96 pessoas ainda ficarão insatisfeitas porque algumas coisas não entraram. Considera que a
97 alteração do CPD é mais complexa. Entrou para o GT na última discussão, antes disso,
98 quem compunha era o conselheiro Guilherme Rodrigues Raggi Pereira. A normatização do
99 processo é muito complicada. São Paulo tem uma realidade muito diferente, pelo seu
100 tamanho. Mesmo Minas Gerais, que compõe o GT e também é um estado grande
101 considerando o número de psicólogas do estado, ainda é muito distante da realidade de
102 São Paulo; enquanto o CRP MG tem cerca de 100 (cem) processos em andamento, o CRP
103 SP tem cerca de 670 (seiscentos e setenta). O texto do novo CPD cria muitas situações de
104 controle. Estão tentando tirar a reconsideração do CPD, o que seria algo bom. Luciana
105 Mantovani conta que desde a gestão passada tem-se tentado retirar a reconsideração,

106 pois pela Constituição Federal, deve haver um duplo grau de jurisdição, no CRP há quatro,
107 pois são quatro instâncias decisórias: parecer, a reconsideração – que é uma espécie de
108 recurso da fase preliminar, o julgamento e o recurso ao CFP. Retirando a reconsideração,
109 ainda ficariam 3 (três) instâncias, que é mais do que prevê a Constituição. Considera-se
110 também que os pedidos de reconsideração dificilmente alteram a decisão previa (menos
111 de 5%). Assim, entende-se que devem envidar esforços na mediação, que tem tido mais
112 efeito. No geral, não gostou da proposta de alteração do CPD: muito “juridiquês”, quando a
113 defesa que fazem no CRP SP é de dar acesso ao processo ético a qualquer pessoa. O
114 que o CRP SP faz é um processo administrativo, não uma ação judicial, então, muitas
115 partes não têm advogado e não conseguirão entender o que está colocado no CPD.
116 Também traz prazos internos da tramitação, anteriormente, apenas as partes tinham
117 prazos. Considerando o volume de processos que tramitam no CPR SP, não sabe como
118 será possível cumprir esses prazos e responsabiliza as pessoas pelo não cumprimento
119 desses prazos. O CPR SP fica em uma situação bastante vulnerável. Também considera
120 que a proposta de texto para o novo CPD não avança em relação à mediação, não
121 possibilitando a mediação antes da apresentação da representação. Também sentiu falta
122 de algo que verse sobre pessoas com deficiência, que possam solicitar atendimento
123 especial para que tenha acesso ao processo. Rodrigo Toledo relata que o novo CPD tem a
124 característica de dar celeridade ao processo, mas a realidade dos Regionais é muito
125 diferente. É preciso que o CRP SP, mesmo compondo o GT, defina qual será sua posição
126 sobre isso. Não acompanhou as discussões, só tendo entrado no GT no fim das
127 discussões. Há menção a contratação de alguém que possa fazer uma contraproposta ao
128 texto do CPD, mas Guilherme Raggi entende que não há o que possa ser feito neste
129 momento, porque a contratação envolveria uma licitação com um descritivo detalhado do
130 que deveria ser feito no texto do CPD, como isso não está feito, não há como fazer a
131 contratação. **1.8) Cartilha de Mediação** – Rodrigo Toledo conta que publicaram a Cartilha
132 de Mediação. Agradece ao funcionário Paulo Mota, designer gráfico, pela diagramação da
133 Cartilha. Relata que a produção desse documento foi um trabalho árduo. **1.9) GT História
134 e Memória** – Rodrigo Toledo comenta que ontem chegaram os *folders* do GT História e
135 Memória. Encaminharão para todas as subsedes e a proposta é distribuir em todas as
136 atividades do CPR SP. No V Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão (V CBP)
137 terão dois totens do GT, um apresentando a linha do tempo e outro o repositório digital.
138 Relata que houve a contratação de uma assistente de pesquisa, que trabalhará na
139 atualização da linha do tempo, que está parada desde 2016. Sobre o acesso aos
140 documentos do CEDOC, relata que muitos já estão no repositório, os demais, a assessora
141 contratada para a Comunicação, junto com Marcos Toledo, bibliotecário do CRP SP e o

142 GT, podem criar estratégias para garantir o acesso. Podem criar um fluxo, também, dos
143 materiais produzidos nas subsedes, para que sejam encaminhados para o CEDOC. **1.10)**
144 **Campanha Nacional de Direitos Humanos** – Reginaldo Branco da Silva informa que esta
145 semana foi lançada a Campanha. Inicialmente, estava programado o lançamento para 10
146 de outubro e ele programou de reproduzir o evento no CRP SP, com uma Roda de
147 Conversa. Mas, dois dias antes da atividade, eles informaram a mudança de data e não foi
148 mais possível conciliar para reproduzir aqui. A Campanha tem algumas peças publicitárias,
149 alguns cartazes falando sobre machismo, racismo, homofobia, feminicídio, e há a
150 possibilidade de também contar com alguns vídeos. Ainda não está apropriado sobre a
151 Campanha, mas entende que o CRP SP poderia também fazer a divulgação. A Campanha,
152 em São Paulo, deve ter início somente no começo do ano que vem. A Comissão de
153 Direitos Humanos pensará em como será feito o trabalho, porque envolve também
154 diversos núcleos. **1.11) Atas das Plenárias** – Luciana Stoppa dos Santos comenta que
155 havia sido combinado que discutiriam o que farão em relação às atas das plenárias, que
156 estão em atraso. É necessário pautar na plenária de novembro para definir o que será feito
157 com essas atas. A forma como elas são realizadas atualmente é inviável não somente para
158 a Secretaria produzir, mas também das/os conselheiras/os conseguirem fazer a leitura e se
159 apropriar do material. E essa problemática já havia sido trazido pelo conselheiro Rodrigo
160 Toledo, quando estava como conselheiro secretário. Não há lógica em fazer dessa forma.
161 **Encaminhamento:** Será pauta da plenária ordinária de novembro a situação das atas,
162 bem como a discussão sobre a alteração no formato delas, de forma a torná-las mais
163 sucintas e objetivas. **PRIORIZAÇÃO DA PAUTA** – A mesa Diretora propõe que iniciem
164 pelos pontos administrativos Apreciação de Processos Pessoas Física e Jurídica e
165 Apreciação de Título de Especialista e na sequência discutam o ponto da Comissão de
166 Ética (COE) e, depois o ponto do Orçamento. Justificam que há convidadas presentes para
167 discussão do ponto de COE e chegará em breve outro convidado para discussão do
168 Orçamento. Por isso, sugerem priorizá-los para poderem, depois, liberar essas pessoas.
169 Após, indica-se as discussões dos pontos: Grupo de Trabalho Formação; Comissão
170 Julgadora do Prêmio Jonathas Salathiel; Comissão de Sindicância 001/18 (Registro
171 Duplicado de Psicóloga); Comissão de Sindicância nº 03/17; Recomposições.
172 **Encaminhamento:** O plenário concorda com a ordem proposta. **II) APRECIÇÃO DE**
173 **PROCESSOS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS** – Suely Castaldi Ortiz da Silva submete
174 ao plenário a apreciação dos processos das pessoas física e jurídica inscritas nesse CRP
175 SP. **Encaminhamento:** Foram subscritos os seguintes processos: Pessoa Física – 424
176 (quatrocentos e vinte e quatro) novas inscrições, 11 (onze) inscrições secundárias, 32
177 (trinta e duas) inscrições por transferência, 70 (setenta) cancelamentos a pedido, 33 (trinta

178 e três) cancelamentos por transferência, 27 (vinte e sete) cancelamentos de inscrição
179 secundária. Pessoa Jurídica - 72 (setenta e dois) registros, 08 (oito) cadastros, 09 (nove)
180 alterações contratuais e 04 (quatro) cancelamentos a pedido. Total geral dos processos
181 analisados: 690 (seiscentos e noventa), conforme folha anexa que é parte integrante desta
182 ata. **III) APRECIÇÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA** – Na modalidade Cursos IES
183 deferiu-se 02 (dois) na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho, 11 (onze) na área
184 de Trânsito, 09 (nove) na área de Psicologia Clínica, 03 (três) na área de Psicologia
185 Hospitalar, 01 (um) na área de Psicopedagogia, 06 (seis) na área de Neuropsicologia e 04
186 (quatro) na área de Saúde. Na modalidade Concurso deferiu-se 01 (um) na área de
187 Psicologia do Trânsito, 01 (um) na área de Psicologia Jurídica, 02 (dois) na área de
188 Psicologia Clínica, 04 (quatro) na área de Psicologia Hospitalar, 01 (um) na área de
189 Psicologia Social, 02 (dois) na área de Psicologia da Saúde. Na modalidade Cursos
190 Credenciados deferiu-se 03 (três) na área de Psicologia do Trânsito, 03 (três) na área de
191 Psicologia Clínica; 01 (um) na área de Psicologia Hospitalar e 04 (quatro) na área de
192 Neuropsicologia. Indeferiu-se 02 (dois) na área de Psicologia Clínica. Assim, o total geral é
193 de 60 (sessenta) títulos de especialistas ratificados, sendo os 58 (cinquenta e oito)
194 deferidos e 02 (dois) indeferidos, conforme folha anexa que é parte integrante desta ata.
195 **IV) CREDENCIAMENTO DE SITES** - Foram analisados 08 (oito) processos.
196 **Encaminhamento:** O plenário concedeu parecer favorável a 03 (três) pedidos com
197 protocolos: 106860530 (06/92238), 008617688 (06/16906), 606220932 (06/127364).
198 Parecer não se aplica para 03 (três) pedidos com protocolos: 306848126 (06/107941),
199 106864128 (06/76346) e 106360823 (06/102207). Parecer desfavorável ao pedido com
200 protocolo 406860407 (06/125668). Parecer de cancelamento ao pedido com protocolo
201 006262455 (06/75211), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **V)**
202 **COMISSÃO DE ÉTICA (COE) – 5.1) Relatório CAM COE e Questionamentos da**
203 **Plenária sobre Mediação e Oficinas de Mediação** – Rodrigo Toledo informa que estão
204 presentes Ana Lucia Catão, do conselho consultivo da CAM COE e Fabiana Cristina Aidar
205 da Silva, coordenadora da CAM COE. Relata que Ana Catão participou do processo de
206 construção da Resolução da mediação. Recupera que em plenárias anteriores surgiram
207 muitas dúvidas sobre a mediação, e entenderam que seria oportuno trazer pessoas que
208 estão nesse processo para dialogar com o plenário e contar sobre as ações que estão
209 organizando. Até o dia 04 de outubro deste ano, 110 (cento e dez) processos foram
210 encaminhados para mediação e 34 (trinta e quatro) estão em andamento, atualmente, na
211 CAM COE. Registra que a celebração de acordo não é o objetivo da mediação, mas uma
212 das possibilidades. Fabiana Aidar acrescenta que a dificuldade é em as partes aderirem à
213 mediação, grande parte dos que aderem, chegam a um acordo. Mas a adesão depende de

214 uma mudança de cultura. Relata, também, que é importante pensar na regionalização,
215 porque a distância é um complicador. Visitaram as regiões e foi importante para conhecer
216 as demandas e especificidades de cada uma delas. O processo de seleção das/os
217 mediadores, levou em consideração onde residem, para facilitar nas regiões. Mas o
218 atendimento a alguns municípios ainda é difícil. Ana Lucia Catão relata que a seleção de
219 mediadores levou muito em conta da região e, por isso, optou por alguns com formação
220 inferior, mas que teriam melhor facilidade nas regiões. Considera a possibilidade de
221 reabrir o credenciamento, fazendo campanha nas regiões, para que haja mais
222 mediadores locais qualificados. Rodrigo Toledo traz que a mediação tem sido bastante
223 procurada nos processos, com reversões de instauração e de arquivamento, para
224 mediação. Cogitam fazer um projeto piloto, a partir do próximo ano, de regionalização,
225 possivelmente na subsede Assis, que se colocou disponível. Luciana Mantovani,
226 coordenadora de COE, informa que sua preocupação é com o aumento da demanda de
227 mediação, porque a estrutura da COE é bastante reduzida e quando houver a
228 regionalização, será necessário apoio administrativo também nas subsedes, porque a
229 demanda é grande. Sobre o receio de encaminhar questões que envolvem violação de
230 direitos humanos, pondera que a mediação é a oportunidade de a própria pessoa entrar
231 em contato com o dano que causou e, muitas vezes, o impacto é muito maior. Portanto,
232 são as questões que mais precisam de mediação. Reitera que é possível, também, contar
233 com um consultor técnico, quando o mediador não estiver apropriado do tema, por
234 exemplo. Rodrigo Toledo comenta que estão tratando sobre a mediação nas oficinas sobre
235 documentos escritos e que o tema também será apresentado no V CBP. Convida as/os
236 conselheiras/os a participarem da Oficina que ministrarão no V CBP e indica que o plenário
237 pode sugerir temas, porque estão no processo de construção da atividade. Relata que
238 essa é a Oficina que também será realizada nas subsedes. Sugere-se também a
239 elaboração de um folder sobre a mediação, para distribuição na ocasião. Fabiana Aidar e
240 Ana Catão se colocam a disposição para apoiar o plenário sobre o encaminhamento à
241 mediação, quando houver dúvidas. **Encaminhamento:** A Comunicação deverá elaborar e
242 diagramar um folder, baseado na Cartilha sobre Mediação, para distribuição durante o V
243 CBP. **5.2) Cancelamento apreciação Relatórios** – Rodrigo Toledo informa que já
244 ocorreram situações anteriores de não envio de relatórios de julgamento e de
245 reconsiderações. O combinado é o envio com, ao menos, 5 (cinco) dias de antecedência,
246 para que a funcionária que assessora possa dar retorno. Assim, ratifica que deve ser
247 cumprido o prazo de envio do relatório com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência. Se
248 até o dia anterior ao julgamento ou a apreciarem o relatório de reconsideração não tiver
249 passado, cancelarão o julgamento. Relata que em uma dessas vezes que o cancelamento

250 precisou ser realizado, foi realizada muito em cima da hora, o que gerou tumultos para os
251 envolvidos. Rodrigo Presotto registra seu elogio à funcionária Patrícia Oliveira, porque
252 inovaram, conseguindo fazer alguns encaminhamentos por *Whatsapp*, o que agiliza.
253 **Encaminhamento:** Por unanimidade, o plenário aprova a pactuação do prazo de envio
254 dos relatórios de julgamento e de reconsideração em até 5 (cinco) dias de antecedência à
255 Plenária que apreciará aquele parecer. Caso o relatório não tenha sido enviado até o dia
256 anterior à data do Julgamento ou da apreciação da reconsideração, esses serão
257 cancelados. **5.3) Quórum mínimo para plenária** – Rodrigo Toledo, a respeito do quórum
258 de plenárias, recorda que o assunto já foi trazido à plenária no início do ano, referente à
259 revisão do quórum. Trata-se da revisão do item que está no Regimento Interno que trata
260 sobre o quórum (Artigo 49). O entendimento atual é que o quórum precisa contar com 09
261 (nove) conselheiras/os. A proposta que apresentam é que o quórum possa contar com
262 maioria absoluta e, nesse caso, ele poderia ser composto por 08 (oito) conselheiras/os. Já
263 realizaram os debates e as justificativas no momento anterior. A solicitação se relaciona
264 com a dificuldade de compor quórum que enfrentam. Naquela plenária, ficou definido que
265 encaminhariam ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) a solicitação de alteração desse
266 artigo. Porém, o retorno do CFP foi de que o plenário deste CRP SP precisaria aprovar a
267 alteração do texto e, a partir disso, submeter à aprovação do CFP, porque o Federal
268 somente validaria aquilo que já havia sido aprovado pelo CPR SP. Assim, a partir da
269 orientação da assessoria jurídica, encaminham a proposta de alteração da Resolução CFP
270 nº 016/2001, que aprova o Regimento Interno do CRP SP. Faz, então, leitura do texto
271 proposto, para aprovação do plenário e posterior envio ao Conselho Federal de Psicologia:
272 *“O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e*
273 *regimentais que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, e pelo*
274 *Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977; CONSIDERANDO a necessidade de adequar*
275 *o teor da Resolução CFP nº 0016/2001, dirimindo dúvidas na interpretação da norma;*
276 *CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, na XXª*
277 *Reunião Plenária, realizada no dia XX de XXX de 2018; R E S O L V E: Art. 1º. Alterar o*
278 *seguinte dispositivo da Resolução CFP nº 0016/2001, que passa a ter a seguinte redação:*
279 *“Art. 49 – Os trabalhos serão principiados com o quórum de maioria absoluta dos*
280 *conselheiros efetivos.” Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.”.*
281 Trata-se de um modelo que encaminharão ao CFP, a partir do texto utilizado para
282 alteração das Resoluções. Explica que o argumento jurídico é do número absoluto, que é o
283 número inteiro imediatamente superior ao número fracionado. Portanto, sendo 15 (quinze)
284 o número de conselheiras/os efetivas/os, a metade é 7,5 (sede e meio), portanto, o número
285 absoluto é 8 (oito). O plenário apresenta preocupação no caso de empate em votações,

286 sobre como poderiam sanar a questão e se pode haver questionamentos porque o plenário
287 não faz distinção entre titulares e suplentes, sendo que, em tese, somente os titulares
288 compõem quórum. Rodrigo Toledo explica que quem está presidindo a plenária não vota,
289 exceto para desempate, portanto, não haveria problema a redução do quórum mínimo para
290 08 (oito) conselheira/os. Sobre a questão da titularidade, a Resolução é explícita que, na
291 ausência de titulares, o suplente ocupa o lugar de titularidade. Há manifestação do plenário
292 sobre se tratar de um quórum muito reduzido, de 30 (trinta) conselheiras/os apenas 08
293 (oito) comporem quórum, mas contrapõem-se que na Ordem dos Advogados do Brasil, por
294 exemplo, o julgamento é feito por 03 (três) pessoas, apenas – o relator e mais duas
295 pessoas. A Psicologia que traz a questão da coletividade, mas não é algo comum em
296 outros conselhos de classe. Reforça-se que a solicitação de alteração tem relação com a
297 dificuldade de compor quórum, uma vez que há conselheiras/os que não têm participado
298 de plenárias éticas e de julgamento. Após, inicia-se a votação sobre a aprovação da
299 alteração no Regimento Interno do CRP SP. **Encaminhamento:** Por 12 (doze) favoráveis,
300 o plenário aprova a alteração no Artigo 49 da Resolução CFP nº 0016/2001, no sentido de
301 passar a compor suas plenárias com o quórum de maioria absoluta das/os conselheiras/os
302 efetivas/os, ou seja, 08 (oito) conselheiras/os. Houve ainda 02 (duas) abstenções e
303 nenhum voto contrário. O texto aprovado de alteração da Resolução deve ser
304 encaminhado ao Conselho Federal de Psicologia para análise e aprovação. **VI)**
305 **ASSUNTOS FINANCEIROS – 6.1) Orçamento 2019** – Guilherme Rodrigues Raggi Pereira
306 agradece ao contador do CRP SP, Mario Correa, que está presente nesta plenária para
307 apresentação deste ponto. A proposta orçamentária para este ano foi encaminhada às/aos
308 conselheiras/os na noite de ontem, apenas. Infelizmente, têm trabalhado com esses prazos
309 apertados. Apresenta a proposta orçamentária, que é o que enviam ao CFP e a prévia foi
310 apresentada em Assembleia Orçamentária, é o que apresenta a estrutura do Orçamento
311 do CRP SP. A proposta já considera o valor da anuidade reajustada com índice do INPC -
312 Índice Nacional de Preços ao Consumidor, conforme aprovado em Assembleia
313 Orçamentária. A previsão é de: Receitas de Contribuição – Ano Corrente de R\$
314 45.475.733,98 (quarenta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, setecentos e
315 trinta e três reais e noventa e oito reais); Outras Receitas – Anos Anteriores de R\$
316 19.976.302,32 (dezenove milhões, novecentos e setenta e seis mil, trezentos e dois reais e
317 trinta e dois centavos), que envolve a arrecadação de inadimplência de anos anteriores;
318 Receitas Patrimoniais – R\$ 1.287.000,00 (dois milhões, duzentos e oitenta e sete mil
319 reais); Receitas de Serviços – R\$ 528.939,02 (quinhentos e vinte e oito mil, novecentos e
320 trinta e nove reais e dois centavos); Superávit Anos Anteriores – Crédito Destinado a
321 Imóveis – R\$ 14.790.767,00 (quatorze milhões, setecentos e noventa mil, setecentos e

322 sessenta e sete reais); Superávit Anos Anteriores – Crédito Destinado a Reserva – R\$
323 428.243,00 (quatrocentos e vinte e oito mil, duzentos e quarenta e três reais). O que
324 significa na Receita total bruta de R\$ 82.486.985,31 (oitenta e dois milhões, quatrocentos e
325 oitenta e seis mil, novecentos e oitenta e cinco reais e trinta e um centavos). Das
326 deduções, há a estimativa de inadimplência, que é baseada em anos anteriores. Assim,
327 como deduções: Inadimplência – Ano Corrente de R\$ 12.879.194,82 (doze milhões,
328 oitocentos e setenta e nove mil, cento e noventa e quatro reais e oitenta e dois centavos);
329 Inadimplência – Anos Anteriores – R\$ 13.096.998,13 (Treze milhões, noventa e seis mil,
330 novecentos e noventa e oito reais e treze centavos); Cote Parte (CFP) de R\$ 8.000.956,47
331 (oito milhões, novecentos e cinquenta e seis mil reais e quarenta e sete centavos), que
332 representam os 20% das receitas que são transferidos ao CFP; Contribuições a Conta
333 Divulgação de R\$ 2.000.239,12 (dois milhões, duzentos e trinta e nove reais e doze
334 centavos); Fundo de Seções Estaduais de R\$ 599.245,32 (quinhentos e noventa e nove
335 mil, duzentos e quarenta e cinco reais e trinta e dois centavos); Desconto por Antecipação
336 de Pagamento de R\$ 614.187,92 (seiscentos e quatorze mil, cento e oitenta e sete reais e
337 noventa e dois centavos); Tarifa Bancária sem Anuidade de R\$ 1.539.529,25 (um milhão,
338 quinhentos e trinta e nove mil, quinhentos e vinte e nove reais e vinte e cinco centavos), no
339 ano anterior esse valor havia sido mais baixo, mas isso se deve a forma de construção do
340 orçamento, há uma parte que se paga no ano anterior e outro no vigente e no ano passado
341 havia pagado uma parte da tarifa antecipadamente, a alteração da forma de emissão de
342 boletos pela Fenaban - Federação Nacional dos Bancos não impactou nesse valor; PASEP
343 de R\$ 170.497,99 (cento e setenta mil, quatrocentos e noventa e sete reais e noventa e
344 nove centavos), totalizando uma estimativa de deduções de R\$ 38.900.849,01 (trinta e oito
345 milhões, novecentos mil, oitocentos e quarenta e nove reais e um centavo). Dessa forma, a
346 Receita líquida (receita bruta menos as deduções) é de R\$ 43.586.136,30 (quarenta e três
347 milhões, quinhentos e oitenta e seis mil e cento e trinta e seis mil reais e trinta centavos).
348 Desse valor, retiram a reserva para imóveis, porque é um valor que não podem utilizar,
349 ficando disponíveis a Receita Líquida de R\$ 28.795.369,28 (vinte e oito milhões,
350 setecentos e noventa e cinco mil, trezentas e sessenta e nove reais). Nas Despesas, com
351 Pessoal Civil há previsto R\$ 17.049.799,37 (dezessete milhões, quarenta e nove mil,
352 setecentos e noventa e nove reais e trinta e sete centavos), já há provisionamento tanto da
353 contratação pelo concurso aberto para psicólogas, quanto de que haja a contratação para
354 as vagas atualmente ocupadas por temporários; de Apoio Funcional, preveem um gasto de
355 R\$ 5.113.365,94 (cinco milhões, cento e treze mil, trezentos e sessenta e cinco reais e
356 noventa e quatro centavos), referente a contratações de serviços terceirizados, como os
357 trabalhadores temporários e as compras de material; Investimentos e Inversões –

358 Assembleia orçado o valor de R\$ 14.790.767,00 (quatorze milhões, setecentos e noventa
359 mil, setecentos e sessenta e sete reais), para compra de imóveis e reformas; Investimentos
360 e Inversões – Ano Corrente, o valor de R\$ 1.150.748,99 (um milhão, cento e cinquenta mil,
361 setecentos e quarenta e oito reais e noventa e nove centavos), para compra de
362 equipamentos de informática, computador, tablet e outras eventuais aquisições; Plano de
363 Trabalho – Ações Políticas, no valor de R\$ 5.053.212,01 (cinco milhões, cinquenta e três
364 mil, duzentos e dois reais e um centavo), que é a verba destinada às ações políticas. Na
365 próxima etapa da produção do orçamento, podem particionar esse valor a partir do
366 Planejamento Estratégico, no Orçamento Programa; e, Reserva de Contingência no valor
367 de R\$ 425.242,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil, duzentos e quarenta e dois reais).
368 Diógenes Antonio Pepe, coordenador administrativo financeiro do CRP SP, registra que o
369 valor orçado para a Pessoal Civil leva em conta as contratações por concurso que
370 ocorrerão em 2019. Pontua que o valor se aproxima muito dos 60% de gasto com folha de
371 pagamento se aproximam muito dos 60%, que é o índice que o Tribunal de Contas da
372 União e os órgãos de controle, como Advocacia-Geral da União Controladoria-Geral da
373 União e Ministério Público recomendam. Guilherme Raggi complementa que, segundo o
374 TCU, os conselhos de fiscalização do exercício profissional têm natureza autárquica,
375 arrecadam e gerenciam recursos públicos de natureza parafiscal, estando sujeitos às
376 normas de administração pública e ao controle jurídico institucional do TCU. A Lei de
377 Responsabilidade Fiscal diz que as entidades devem seguir certos parâmetros e não
378 podem exceder o tamanho da folha em 50 ou 60%, a depender da natureza da entidade.
379 Para sanarem a questão do índice que está atualmente, precisariam reduzir o quadro de
380 pessoal, ou alterar a folha de pagamento, ou ampliar a receita. **Encaminhamento:** Por
381 aclamação dos presentes, o Orçamento do CRP SP para o ano de 2019 é aprovado.
382 **INTERVALO** - Neste momento, às 12 horas e 50 minutos, a plenária é suspensa por 1
383 hora e 10 minutos, para almoço. Às 14 horas, a plenária é retomada. **VII) CRIAÇÃO DO**
384 **GRUPO DE TRABALHO FORMAÇÃO** – Maria Rozineti Gonçalves comenta que se têm
385 observado a necessidade de discussão quanto à questão da formação. No início da
386 gestão, fizeram a opção por não ter um Núcleo com essa temática e ela acabou
387 pulverizada em vários coletivos e, por isso, tiveram dificuldades para conduzir as
388 propostas. Observaram que precisavam conduzir algumas ações e decidiram chamar parte
389 do coletivo para participar, bem como a ABEP - Associação Brasileira de Ensino de
390 Psicologia. Assim, sugere a criação do Grupo de Trabalho Formação. Não haveria
391 necessidade de alteração no Centro de Custos, o grupo apenas articularia as ações que já
392 estão. A Abrapee - Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional também se
393 dispôs a compor o grupo e outras pessoas que desejarem, também podem.

394 Considerações do plenária: 1) Rodrigo Toledo comenta que há uma série de materiais que
395 foram produzidos e que o GT pode avaliar o envio às universidades, especialmente o
396 material sobre documentos escritos, que traz orientações importantes, mas que terá a
397 Resolução, provavelmente, alterada na próxima APAF. 2) Ed Otsuka considera importante
398 a abertura desse canal. Questiona quais estratégias que estão sendo pensadas, pois
399 percebe a necessidade de pensarem em uma questão mais estrutural, como as grades
400 curriculares e números de estudantes, especialmente em relação as instituições de ensino
401 particulares, que têm essa lógica de produção. Considera que a forma como tem sido
402 estruturado o ensino é precarizada. Professores e alunos acabam fragilizados dentro da
403 lógica mercantilista da educação. 3) Maria Rozineti Gonçalves comenta que o CRP SP tem
404 participado dos eventos sobre as matrizes curriculares do curso de graduação em
405 Psicologia. Tem combatido arduamente o ensino à distância e Rodrigo Toledo tem
406 participado das reuniões do GT Educação do Fórum dos Conselhos de Atividades Fim da
407 Saúde de São Paulo. Faltam poucos meses de gestão, e não será possível avançar tanto
408 nesse curto tempo. A proposta de composição do GT é mais de garantir o cumprimento
409 das diretrizes deliberadas em COREP. 4) Ed Otsuka comenta que é importante que a base
410 seja construída, que se pense nos objetivos e na missão. Trata-se de uma desconstrução
411 extensa, fazer uma discussão mais aprofundada sobre como esses cursos podem ser
412 qualificados. 5) Rodrigo Toledo pondera que estão pensando nas diretrizes do COREP.
413 Ainda, que é importante pensar como o CRP SP pode ajudar a ABEP a se estruturar em
414 todo o estado. 6) Luciana Stoppa dos Santos comenta que é importante garantir
415 representantes do Núcleo Educação, da COE, da COF, que são aqueles que estão
416 tocando as ações pulverizadas de formação. Nesse sentido, entende que o grupo pode ser
417 composto por Maria Rozineti Gonçalves, que é do NEM e da COF; Lilian Suzuki, do NEM e
418 Rodrigo Toledo, que é da COE. Considerando a composição já com dois conselheiros,
419 seria possível, depois, chamar mais colaboradores a comporem, considerando também as
420 subsedes. Considera uma relação complicada com a ABEP, pois colocam as defesas de
421 COREP e de CNP, mas não podem atravessar os processos que a ABEP vem construindo
422 bem. Precisam respeitar a expertise e a legitimidade da ABEP para fazer essa discussão.
423 7) Maria Rozineti Gonçalves sugere que os demais nomes que havia sido indicados, e
424 constam na pauta, também sejam aprovados para compor o GT, pois estavam na
425 discussão. São eles: Ione Xavier (NEM, NPsicologia e Deficiência, Comissão Gestora da
426 Subsele Sorocaba), Alexandra Lellis (NEM, COE, Comissão de Direitos Humanos) Lilian
427 Suzuki, Raizel Rechtman (ABEP Metropolitano, Comissão de Políticas Públicas e COE),
428 Jamile Krouri (ABEP Metropolitano), Valéria Braunstein (Grupo Interinstitucional Queixa
429 Escolar - GIQe) e Monica Cintrão (Abrapee e COE). **Encaminhamento:** Por unanimidade,

430 o GT Formação é criado. O plenário aprova a composição do GT com os seguintes
431 membros: Ione Aparecida Xavier (06/27445) - NEM, Núcleo Psicologia e Deficiência e
432 Comissão Gestora da Subsede Sorocaba, Alexandra Lelis dos Santos (06/127655) - NEM,
433 COE e Comissão de Direitos Humanos, Lilian Suzuki (06/27810), Raizel Rechtman
434 (06/115233) - ABEP Metropolitano, Comissão de Políticas Públicas e COE, Jamille Jorges
435 Reis Khouri (06/147162) - ABEP Metropolitano, Valéria Campinas Braunstein (06/31093) -
436 Grupo Interintitucional Queixa Escolar – GIQe, Monica Cintrão França Ribeiro (06/20583) -
437 Abrapee e COE, Rodrigo Toledo (06/90143) – COE, Maria Rozinetti Gonçalves (06/39077),
438 Regiane Aparecida Piva (06/97664) – COF, e, Elisabeth Gelli Yazlle (06/818) – Subsede
439 Assis. Também aprovam a composição com um representante de cada subsede. A
440 coordenação será do Núcleo Educação e Medicalização, da Comissão de Ética e da
441 Comissão de Orientação e Fiscalização. Será encaminhado e-mail solicitando às subsedes
442 que indiquem representantes. **VIII) COMISSÃO DE SINDICÂNCIA 001/18 (REGISTRO**
443 **DUPLICADO DE PSICÓLOGA)** – Guilherme Rodrigues Raggi Pereira comenta que a
444 Sindicância 001/2018, referente à registro duplicado de duas psicólogas, que já realizada
445 conversa com as duas partes, diretamente com uma das psicólogas e com representante
446 da outra, pois ela, atualmente, está fora do Brasil. Já estão na etapa final, para começar a
447 fazer o relatório. Dessa forma, solicitam prorrogação do prazo para conclusão dos
448 trabalhos da Sindicância. **Encaminhamento:** O plenário aprova a prorrogação do prazo
449 para conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 30 (trinta) dias. **IX) COMISSÃO DE**
450 **SINDICÂNCIA 003/17** – Guilherme Rodrigues Raggi Pereira comenta que há a Sindicância
451 003/17, referente ao áudio da Plenária de outubro de 2017. Essa Sindicância é presidida
452 pelo conselheiro Vinicius Cesca de Lima e conta também com Edgar Rodrigues e Ivani de
453 Oliveira como membros. A Sindicância está parada há bastante tempo e não foi
454 prorrogada. A Diretoria solicitou um Parecer Jurídico e provocou o grupo que compõe a
455 Sindicância a se manifestar. Considerando o princípio da eficiência, entendem que a
456 Sindicância perde seu objeto. Dessa forma, não há sentido em mantê-la. Considerações
457 do plenário: 1) Ivani Francisco de Oliveira questiona se é possível deixar acessível os
458 trabalhos que foram realizados pela Comissão. Cita que a Comissão teve diversas
459 atividades, inclusive com a escuta de diversos trabalhadores do Conselho. Assim, entende
460 que esse trabalho, se possível, deve ficar disponível para as/os conselheiras/os que
461 tiverem interesse. O que invalida a Sindicância é que o presidente não dá seguimento aos
462 trabalhos, mas muita coisa foi realizada. 2) Luciana Stoppa pondera que podem fazer
463 consulta ao jurídico para verificar a possibilidade de apresentação de um relatório parcial
464 da Sindicância, que pode ser elaborado pelos outros dois membros da Comissão. 3) Edgar

465 Rodrigues indica que, uma vez que estão encerrando os trabalhos, podem disponibilizar o
466 material que já foi coletado. Relata, ainda, que o Parecer Jurídico foi encaminhar a todos
467 os membros da Comissão. 4) Luciana Stoppa indica, então, que consultarão o jurídico
468 sobre a forma de disponibilização desse material às/aos conselheiras/os, uma vez que se
469 trata de material de conteúdo sigiloso. **Encaminhamento:** O plenário decide finalizar a
470 Sindicância 003/17. Tendo em vista a natureza sigilosa dos documentos da Sindicância, a
471 Diretoria consultará à assessoria jurídica sobre a forma de disponibilização dos trabalhos
472 realizados às/aos conselheiras/os. **X) PRÊMIO JONATHAS SALATHIEL** – Ivani Francisco
473 de Oliveira informa que se basearam no edital do Prêmio Marcus Vinicius de Direitos
474 Humanos. No Edital é posto que a Comissão Julgadora seria composta por membros do
475 plenário, mas na ultima reunião do Núcleo Psicologia e Relações Étnico-Raciais,
476 perceberam que seria muito difícil fazer desta forma. Assim, questiona o plenário quem
477 gostaria de compor a Comissão, mas solicita que possam estender o convite também a
478 membros de núcleos. O Prêmio contempla produções artísticas de estudantes e
479 graduados. A entrega do Prêmio será no dia 24 de novembro. Sugere-se que alguém
480 assuma a presidência da Comissão Julgadora. **Encaminhamento:** O plenário acorda que
481 a/os conselheira/os Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Edgar
482 Rodrigues, Reginaldo Branco da Silva e Rodrigo Toledo comporão a Comissão Julgadora.
483 Também concorda em alterar o Edital, permitindo que a Comissão Julgadora possa ser
484 composta também por pessoas que não são conselheiras. **XI) COMISSÃO DE DIREITOS**
485 **HUMANOS – 11.1) II Prêmio Marcus Vinicius de Psicologia e Direitos Humanos -**
486 **Aprovação dos nomes dos Pareceristas** – Reginaldo Branco da Silva informa que desde
487 maio a Comissão de Direitos Humanos tem negociado, por telefone e e-mail, com as filhas
488 de Marcus Vinicius para realizar a segunda edição do Prêmio. Em nenhum momento
489 houve uma negativa delas em realizarem, mas também não assentiram. Não houve
490 autorização por escrito, oficialmente, para que o CRP SP realizasse o Prêmio. O assunto
491 foi levado à reunião do Núcleo, e sugeriram que incluíssem a assessora política, Neli
492 Márcia Ferreira, nas negociações. Ela entrou em contato com elas, trouxe a importância,
493 mas também não adiantou. Assim, na ultima reunião, a Comissão decidiu não fazer mais o
494 Prêmio. Com o dinheiro que estava designado para essa ação, farão as impressões do
495 material do CFP sobre as fiscalizações. **Encaminhamento:** O plenário toma ciência do
496 exposto. **XII) ANÁLISE DE CONJUNTURA** – Luciana Stoppa dos Santos indica a
497 necessidade de que na Plenária de novembro de 2018 façam análise de conjuntura, para
498 pensar como o CRP se portará, considerando o momento político. A plenária pode ser
499 ampliada com a representação de um membro de cada comissão gestora, para reverberar
500 o debate. **Encaminhamento:** Será pautado na Plenária Ordinária de 10 de novembro a

501 análise de conjuntura. A plenária será ampliada, sendo convidado também um
502 representante de cada subsede. **XIII) RECOMPOSIÇÕES – 13.1) Subsede Vale do**
503 **Paraíba e Litoral Norte** – Propõe-se a inclusão de Danielle Prado Nepomuceno
504 (06/81411) e William Joseph Gomes de Oliveira (06/85537) como membros da Comissão
505 Gestora. **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões propostas. **13.2) Comissão de Ética**
506 **– 13.2.1) Sede** – Indica-se a exclusão do colaborador Marcelo Ryngelblum (06/120864).
507 **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão indicada. **13.2.2) Subsede Baixada Santista e**
508 **Vale do Ribeira** – Indica-se a exclusão do colaborador Fernando Aparecido Figueira do
509 Nascimento (06/78020). **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão indicada. **13.3)**
510 **Comissão de Orientação e Fiscalização – 13.2.1) Subsede Vale do Paraíba e Litoral**
511 **Norte** – Sugere-se a inclusão de Andreza Cassia Lage (06/68637); Danielle Prado
512 Nepomuceno (06/81411); Giselle de Jesus Silva (06/97660); Nicole Gonçalves dos Santos
513 (06/99724); Nicole Nothen de Oliveira (06/125418); Patrícia Marafanti Spessimille
514 (06/117232) como membros. **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões sugeridas.
515 **13.2.2) Sede** – Sugere-se a exclusão das membras Fatima Regina Machado (06/127273) e
516 Zilma Silva dos Santos Nascimento (06/27998) e a inclusão de Lilian Magda de Macedo
517 (06/71116) como membra. **Encaminhamento:** Aprovadas as exclusões e a inclusão
518 sugeridas. **13.2.3) Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira** – Indica-se a exclusão do
519 colaborador Fernando Aparecido Figueira do Nascimento (06/78020). **Encaminhamento:**
520 Aprovada a exclusão indicada. **13.4) Comissão de Direitos Humanos** – Propõe-se a
521 exclusão dos membros Mary Ueta (06/67673) e Maurício Marinho Iwai (06/123689).
522 **Encaminhamento:** Aprovadas as exclusões sugeridas. **13.5) Núcleo Assistência Social**
523 **– 13.5.1) Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte** – Propõe-se a inclusão de Giselle de
524 Jesus Silva (06/97660) como membra. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão proposta.
525 **13.6) Núcleo Criança e Adolescente - 13.6.1) Subsede Bauru** – Propõe-se a inclusão de
526 Andressa Laís Rocha (06/115004) e Maria Orlene Daré (06/3330) como membras.
527 **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões propostas. **13.6.2) Subsede Ribeirão Preto** –
528 Indica-se a inclusão de Lívia Midori Okino Yoshikal (06/89222) como membra.
529 **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão indicada. **13.7) Núcleo Justiça - 13.7.1) Região**
530 **Metropolitana** – Sugere-se a inclusão de Lilian Magda de Macedo (06/71116) como
531 membra. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão sugerida. **13.7.2) Vale do Paraíba e**
532 **Litoral Norte** – Indica-se a exclusão da membra Aline Lima Tavares (06/117530).
533 **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão indicada. **13.8) Núcleo Psicologia, Laicidade e**
534 **Religiosidade - 13.8.1) Subsede São José do Rio Preto** – Indica-se a exclusão do membro
535 Sblandiano Junqueira Macri (06/130640). **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão
536 indicada. **13.9) Núcleo Psicologia e Relações Etnicorraciais - 13.9.1) Subsede Bauru** –

537 Indica-se a inclusão de Aline Nogueira Silva (06/130640) como membra.
538 **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão indicada. 13.9.2) *Subsede Assis* – Indica-se a
539 inclusão de Anna Carolina Alencar Betine (06/145832) como membra. **Encaminhamento:**
540 Aprovada a inclusão indicada. 13.9.3) *Região Metropolitana* – Indica-se a inclusão de
541 Priscilla Santos de Souza (06/127123) e Filipe Oliveira (06/117303) como membros.
542 **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões indicadas. **13.10) Núcleo Saúde – 13.10.1)**
543 *Região Metropolitana* – Indica-se a inclusão de Rafael Cislinski (06/97135) como membro.
544 **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão indicada. **13.11) Núcleo Psicologia e**
545 **Deficiência – 13.11.1) Subsede Sorocaba** - Sugere-se a inclusão de Monica da Silva
546 Souza (06/109128) como membra. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão sugerida.
547 13.11.2) *Subsede Ribeirão Preto* – Sugere-se a inclusão de Emanoela Priscila Toledo
548 Arruda (06/107551) como membra. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão sugerida.
549 **13.12) Núcleos Territoriais – 13.12.1) Núcleo Territorial de Botucatu (Subsede Bauru)** –
550 Indica-se a inclusão de Jéssica Rodrigues Rosa (06/103702), como titular, e Andressa Laís
551 Rocha (06/115004), como suplente. **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões indicadas.
552 **XIV) REPRESENTAÇÕES EM ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL – 14.1) Conselho**
553 **Municipal de Saúde de São Paulo** – Indica-se a inclusão de Jéssica Tomaz da Costa
554 Silva como representante suplente do CRP SP. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão
555 indicada. **14.2) Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool SP –**
556 **Comuda** – Indica-se a exclusão de Raonna Carolina Ronchi Martins (06/101336) e a
557 inclusão de Fernando Luís Pereira Robles (06/04231) como representante do CPR SP.
558 **Encaminhamento:** Aprovadas a exclusão e a inclusão indicadas. **14.3) Conselho**
559 **Municipal de Pessoa com Deficiência de Sorocaba** – Indica-se a inclusão de Monica da
560 Silva Souza (06/109128) como representante do CRP SP. **Encaminhamento:** Aprovada a
561 inclusão indicada. **14.4) Frente Estadual Antimanicomial, Comissão de Saúde Mental**
562 **do CES e GT de Participação Social do FCAFS** – Ed Otsuka encaminhou a indicação de
563 nomes para representantes do CRP SP em espaços de controle e participação social:
564 Frente Estadual Antimanicomial - Juliana Leite Godoy Veneziani Silva (06/144751);
565 Comissão de Saúde Mental do Conselho Estadual de Saúde - Julia Malvezzi (06/79526); e,
566 GT de Participação Social do FCAFS - Fernanda Zanetti Cinalli Giovanetti (06/83295).
567 Considerações do plenário: 1) Rodrigo Presotto ressalta que precisam discutir as
568 indicações no Núcleo de Saúde, antes de fazerem a indicação para a plenária. Relata que
569 para a Frente Estadual Antimanicomial haviam discutido ser uma representante para as
570 atividades da Caravana. 2) Ed Otsuka relata que essas indicações foram feitas pelo Núcleo
571 de Saúde, e que deve ter sido definido em algum momento que Rodrigo Presotto não
572 estava presente. Comenta que o Núcleo discutiu a dificuldade que o CRP SP tem tido

573 porque as representações estaduais são todas na cidade de São Paulo e não se tem
574 conseguido compor esses espaços. 3) Rodrigo Presotto solicita que sejam retiradas essas
575 indicações de representação, neste momento, pois entende que ela deve ser debatida e
576 deliberada no Núcleo, antes. E afirma estar participando das reuniões. 4) Ed Otsuka
577 mantém as indicações e cita que essas pessoas não têm relação com as questões
578 políticas da plenária. Considera que são representações que seriam benéficas. 5) Rodrigo
579 Toledo pondera que há dois representantes do Núcleo Saúde com posicionamentos
580 distintos. Assim, sugere que o Núcleo Saúde possa discutir e trazer o que for decidido para
581 deliberação na próxima plenária. Coloca-se para votação a proposta de Rodrigo Toledo.
582 Em votação: 01 (um) voto, de Ed Otsuka, favorável a que os nomes sejam aprovados
583 nesta plenária; 08 (oito) votos, de Rodrigo Presotto, Suely Ortiz, Ivani Francisco de
584 Oliveira, Ivana do Carmo, Monalisa Muniz Nascimento, Rodrigo Toledo, Reginaldo Branco
585 e Magna Damasceno, favoráveis a que o assunto seja repautado para deliberação em
586 plenária posterior; e, 02 (duas) abstenções, de Guilherme Raggi e Luciana Stoppa dos
587 Santos. **Encaminhamento:** Por votação, o plenário define que essas propostas de
588 representação em órgãos de controle e participação social devem ser discutidas no Núcleo
589 Saúde e, posteriormente, repautadas para deliberação em plenária. Nada mais havendo a
590 tratar, a senhora conselheira presidenta Luciana Stoppa dos Santos, deu por encerrada a
591 sessão às 16 horas e 10 minutos, da qual eu, conselheira secretária, Suely Castaldi Ortiz
592 da Silva, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada por todos os presentes.
593 São Paulo, 20 de outubro de dois mil e dezoito.

Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Luciana Stoppa dos Santos

Maria Rozineti Gonçalves

Monalisa Muniz Nascimento

Reginaldo Branco da Silva

Rodrigo Toledo

Suely Castaldi Ortiz de Oliveira

Ed Otsuka

Edgar Rodrigues

Ivana do Carmo Souza

Ivani Francisco de Oliveira

Magna Barboza Damasceno

Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira
Bicudo Guarnieri

Mary Ueta

Rodrigo Fernando Presotto